

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: Valores travam acordo da cessão onerosa](#) 7

Valor Econômico

[Título: Três linhas que aumentam a chance de privatização em 2018](#) 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Voltar à competição.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Em recuperação, antiga Mangueiras quer aporte para manter operação	3
Título: Nova política de preço da Petrobras é perversa, dizem donos de postos	4
Título: Petrobras apenas repassa preços, diz presidente da estatal.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Eletrobrás fará novo programa de demissões	6
Título: Valores travam acordo da cessão onerosa	7
Título: Meta do programa brasileiro é expandir conhecimento.....	8
Título: Submarino nuclear ficará pronto em 3 anos, diz Marinha	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Cai lucro da Eletrobrás	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Câmara planeja encurtar votação de PL da Eletrobrás.....	12
Título: Três linhas que aumentam a chance de privatização em 2018	13
Título: Crescimento da energia renovável deve alterar o cenário geopolítico	15
Título: Destaques	16

Título: CVM tira dúvidas sobre OPA da Eletropaulo	17
Título: Edital de venda da Cesp está praticamente pronto.....	18
Título: Curtas	20
Título: Alta do petróleo vai frear demanda, diz AIE	20
Título: Extração a partir do xisto não deve acelerar nos EUA.....	22
Título: Sanções de Trump contra Irã afetam projeto da Total.....	23
Título: Avanço de commodities ajuda Ibovespa a fechar com ganhos de 1,65%	24
Título: CSN confirma uso de prejuízo fiscal em parcelamento	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Wilson Ferreira Junior

Título: Voltar à competição

Debater a capitalização da Eletrobrás é crucial para o Brasil. A cada ano que passa, a empresa perde competitividade, e cede espaço às concorrentes. Apesar de ser a maior do setor no país, acumulava obras em atraso e, por isso, deixou de participar dos leilões de geração e transmissão de energia.

Em 2014, último ano em que entrou na disputa, a Eletrobrás arrematou apenas 11% dos projetos de geração. A perda de relevância é evidente: dos 33 GW agregados ao sistema elétrico entre 2011 e 2016, apenas 15% foram da Eletrobrás. Os 85% restantes vieram de outros agentes, em sua maioria privados. A participação da Eletrobrás na geração, em dez anos, recuou de 38% para 31%, em 2017.

Além de reduzir endividamento e cortar custos, a atual gestão priorizou a conclusão de obras em atraso: a última turbina da usina de São Manoel foi acionada recentemente; e a hidrelétrica de Sinop (MT) deve ficar pronta até o fim deste ano. Até 2021, a previsão é adicionar 8.000 MW à matriz energética. No segmento de transmissão, a companhia também está fora dos leilões desde 2014, quando ficou com 3.259 quilômetros de linhas, ou 50% do total arrematado.

Mas, apesar de ter ampliado em 1.475 quilômetros a rede no ano passado, continua perdendo espaço: em 2008, tinha 54% e chegou a 49% em 2017. Se

tomarmos por base a expansão da demanda prevista no Plano Decenal 2026, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Eletrobrás precisaria investir R\$ 14 bilhões por ano para manter sua participação de mercado. Como a União tem 60% do capital da companhia, o governo teria que desembolsar R\$ 8,4 bilhões por ano.

Como isso será possível, diante do déficit primário de R\$ 159 bilhões e com tantas carências em saúde, educação e segurança? É incontestável que a Eletrobrás cumpriu seu papel no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, mas também foi usada, de forma sistemática e indevida, para promover a modicidade tarifária, a qualquer custo.

Com a MP 579, de 2012, passou a ter 14 de suas usinas operando no regime de cotas e viu suas receitas encolherem, enquanto as despesas cresceram 65%. Nesse descompasso financeiro, foi ainda “convocada” a participar, como sócia minoritária de grandes hidrelétricas. Resultado: prejuízo de R\$ 31 bilhões, de 2011 a 2016. Para mudar esse cenário, o Projeto de Lei 9.463/2018, que trata da capitalização da empresa, com emissão de ações, é um enorme passo.

O projeto prevê diluição da fatia da União, de 60%, para algo entre 40% e 50% e a criação de uma golden share, que dará à União o direito de veto em temas previamente definidos. Sem vender uma ação, a União permanecerá sócia relevante de uma companhia mais forte, com novos sócios, e capacidade efetiva de investimento.

O projeto prevê ainda a recuperação do Rio São Francisco, que sofre sua pior crise. Capitalizada, a Eletrobrás poderá voltar a disputar os leilões de expansão da oferta de energia e, desta maneira, beneficiar o consumidor, de forma inequívoca, com menores tarifas.

Wilson Ferreira Junior é presidente da Eletrobrás

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Em recuperação, antiga Manguinhos quer aporte para manter operação

Mercado Aberto

Em recuperação judicial, com dívidas tributárias e envolvida em processos, a Refinaria de Manguinhos, hoje chamada Refit, planeja investir R\$ 300 milhões para viabilizar a continuidade de seu negócio.

O aporte será feito para diversificar a produção em sua planta no Rio, diz o presidente do grupo, Cristiano Moreira, que está em Houston, nos Estados Unidos, para conversar com possíveis investidores.

“Trocaremos o montante por um contrato de fornecimento de matéria-prima”, diz ele.

“Não conseguiríamos financiamento no mercado financeiro devido à recuperação judicial e às questões tributárias.” As conversas estão em estágio inicial, mas a companhia considera a modernização da planta crucial para mantê-la em funcionamento.

Com um patrimônio líquido negativo em tomo de R\$ 2,3 bilhões e quase R\$ 2,8 bilhões de dívida segundo os dados mais recentes, que vão até o terceiro trimestre de 2017, a refinaria busca entrar em segmentos como o de diesel e naftas.

“A partir daí, mudaremos nossa produção, hoje focada em gasolina, muito sensível a preço e voltada para um mercado dominado pela Petrobras”, diz Moreira.

“Não enxergo hoje a possibilidade de não executarmos [o plano de investimento]. Mais cedo ou mais tarde terá que acontecer. O modelo de negócio para o futuro é esse.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Nova política de preço da Petrobras é perversa, dizem donos de postos

Revendas e caminhoneiros protestam contra a alta dos combustíveis e ameaçam com paralisação geral

Com o barril do petróleo se aproximando dos US\$ 80 no mercado internacional, começam a pipocar protestos contra a escalada dos preços dos combustíveis no Brasil. Em uma semana, caminhoneiros fecharam rodovias em pelo menos três estados e os donos de postos de gasolina divulgaram carta dizendo que a atual política de preços da Petrobras é “perversa”.

Desde julho de 2017, a estatal repassa diariamente a oscilação no preço global do barril para o preço do combustível no mercado interno. De lá para cá,

gasolina e diesel acumulam alta nas bombas de 21,28% e de 18,15%, respectivamente.

Os protestos ainda são isolados, mas podem culminar com uma paralisação geral, alerta a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam).

“As recentes paralisações feitas em diversas rodovias do país refletem o desespero e a insatisfação da categoria”, afirma a entidade, que enviou carta ao presidente da república Michel Temer na segunda (14) para cobrar apoio.

Nesta quarta, caminhoneiros bloquearam por cerca de 11h45 uma das pistas da Rodovia Anhanguera, na altura de Limeira (SP). Outro bloqueio havia sido programado para um acesso ao porto de Santos, mas os manifestantes foram impedidos pela Justiça. Nas últimas semanas, houve protestos também em Minas Gerais e no Paraná.

O preço do petróleo fechou novamente em alta nesta quarta. Diante de nova queda nos estoques nos países desenvolvidos, o petróleo tipo Brent fechou na Inglaterra cotado a US\$ 79,28 por barril, alta de US\$ 0,85. Nos Estados Unidos, o WTI foi cotado a US\$ 71,49, ou US\$ 0,18 a mais.

No Brasil, a Petrobras anunciou novo aumento nos preços da gasolina e do diesel. A gasolina subiu pela décima vez consecutiva e ultrapassou pela primeira vez a casa dos R\$ 2 por litros nas refinarias. Nesta quinta (17), o litro do combustível será vendido pela estatal a R\$ 2,0046.

O diesel também atingiu o maior valor desde que a Petrobras passou a realizar reajustes diários: R\$ 2,3082 por litro. Em apenas um mês, o preço do diesel nas refinarias subiu 15,9%. A gasolina tem alta acumulada de 15,8% no período.

A situação é agravada pela desvalorização do real frente ao dólar, já que desde outubro de 2016 a Petrobras passou a ajustar os preços segundo fórmula que considera as cotações internacionais dos combustíveis e a variação cambial.

“Esses aumentos são verdadeiros banhos de água fria em cima de quem está realmente contribuindo para a retomada da economia, pois a maioria dos produtos dependem do transporte rodoviário para chegar ao consumidor”, escreveu o presidente da Abcam, José da Fonseca Lopes.

Na carta entregue a Temer, a categoria defende a concessão de subsídios ou a criação de um fundo para financiar a aquisição de diesel por caminhoneiros autônomos e diz que uma paralisação geral será inevitável se as demandas não forem atendidas.

Os donos de postos, por sua vez, reclamam de dificuldades financeiras geradas pela escalada dos preços em um momento de crise econômica. “Nós, da revenda, estamos também sofrendo os efeitos desta política perversa. Muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”, diz em carta a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

“A política de preços da estatal, que tem por base acompanhar o mercado internacional de petróleo, tem ocasionado oscilações desconexas em relação à realidade brasileira”.

A Fecombustíveis pede também medidas do governo para reduzir a carga tributária, que equivale a 50% do preço final da gasolina. Em julho de 2017, o governo elevou as alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis. Mensalmente, estados têm ampliado o valor de referência para o cálculo do ICMS.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras apenas repassa preços, diz presidente da estatal

O presidente da Petrobras, Pedro parente, voltou a dizer que a companhia não é formadora de preços e apenas repassa as flutuações do mercado internacional.

“A Petrobras recebe os impactos de mercados sobre os quais ela não tem controle, o mercado de óleo e gás e o mercado de câmbio”, disse o executivo.

“Não somos formadores de preços nem em um mercado nem em outro e temos que fazer a empresa funcionar de acordo com o que esses mercados revelam.” O mercado também reage às incertezas geradas pela saída dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã, quinto maior exportador mundial, e do declínio da produção na Venezuela. Para a Agência Internacional de Energia será difícil para outros produtores compensar essas perdas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Eletrobrás fará novo programa de demissões

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., admitiu ontem que a adesão ao Programa de Demissão Consensual (PDC) no primeiro trimestre do ano ficou abaixo do esperado, o que fará a estatal abrir um segundo PDC até julho deste ano. Segundo ele, houve a percepção por alguns empregados de que a privatização da Eletrobrás poderia não acontecer, o que foi descartado pelo executivo. O PDC teve adesão de 735 empregados de janeiro a março de 2018, que demandaram R\$ 272 milhões da companhia.

"Uma parte da não adesão são pessoas que perceberam a possibilidade de não se fazer a privatização, mas estamos bastante otimistas, (a privatização) vai à frente", afirmou durante teleconferência para comentar o resultado financeiro da companhia no 1.º trimestre de 2018, quando lucrou R\$ 56 milhões, queda de 96% em comparação a igual período do ano passado. Após a divulgação do resultado, Ferreira afirmou que o desempenho das seis distribuidoras em vias de privatização teve impacto no lucro da companhia e que por esse motivo a privatização dessas empresas é fundamental.

Ele afirmou que, após a privatização das distribuidoras, inicialmente prevista para 21 deste mês – data que já foi descartada –, a Eletrobrás vai focar na geração e transmissão de energia, setores em que a companhia apresentou melhoras expressivas no primeiro trimestre do ano. Ele disse ainda que aguarda para junho o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que vai autorizar o leilão das distribuidoras. Pendência. O executivo informou também que espera resolver a pendência com a Cigás, distribuidora de gás do Amazonas, ao longo de junho.

A empresa ficou de fora de um acordo entre Eletrobrás e Petrobrás sobre dívida referente à venda de combustível para a Amazonas Energia, uma das seis distribuidoras na lista de privatização do governo. "O valor da dívida com a Cigás é muito baixo, R\$ 40 milhões, e vai ser equacionado", disse Ferreira, respondendo a analistas de mercado durante a teleconferência. O valor total da dívida da Eletrobrás com a Amazonas Energia é de R\$ 20,7 bilhões. Segundo Ferreira Jr., já estão sendo realizadas reuniões com as três partes – Petrobrás, Eletrobrás e Cigás – para se chegar a um acordo quanto ao débito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Ricardo Leopoldo / NOVA YORK Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Valores travam acordo da cessão onerosa

Prazo para Petrobrás e União acertarem a revisão do acordo feito em 2010 sobre petróleo do pré-sal termina hoje, mas ainda há divergências

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, afirmou ontem que a decisão sobre o adiamento do prazo para que a estatal e o governo cheguem a um acordo sobre a revisão da cessão onerosa, firmada em 2010, é do governo. O prazo termina hoje e o ideal, segundo o executivo, seria não estendê-lo. "Obviamente que a grande questão em discussão é o valor que cabe a cada lado. E os dois lados fazem um trabalho de procurar maximizar o resultado para si, mas isso é normal em qualquer negociação", disse Parente, após palestra em evento organizado em Nova York pelo Itaú Unibanco.

O acordo de 2010 que permitiu à Petrobrás explorar, sem licitação, 5 bilhões de barris no pré-sal foi feito para capitalizar a empresa. Em troca, a estatal pagou à União R\$ 74,8 bilhões. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito. Por causa disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010, e quer ser ressarcida. Por outro lado, há nessas áreas muito mais do que os 5 bilhões de barris que o contrato garantiu à estatal.

E o governo pretende leiloar esse excedente, o que poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres da União. Conversas. Ontem, houve nova rodada de negociações. Segundo fontes do governo ouvidas pelo Estadão/Broadcast, apesar de o prazo terminar hoje, é possível que o relatório da comissão não seja concluído. Não há ainda definição dos valores a serem quitados entre as partes. O grupo é composto por representantes da Petrobrás, do Tribunal de Contas da União e dos Ministérios da Fazenda e de **Minas e energia**, entre outros.

Há uma expectativa de evolução nas conversas hoje, mas não foi desenhada uma estratégia caso o impasse permaneça. Uma das preocupações centrais do TCU é de que fique garantida a legalidade de cada etapa da operação. Uma possibilidade que está em negociação é o pagamento em óleo dos valores devidos na revisão do contrato, embora a lei hoje só permita o pagamento em títulos públicos ou dinheiro.

O governo terá de mudar a lei se quiser pagar em óleo – uma operação que é vista com ressalvas por técnicos da área econômica, uma vez que os recursos passariam "por fora" do Orçamento da União. Há uma preocupação sobre a possibilidade de a medida ser interpretada como uma manobra de contabilidade criativa, nos moldes que foi feito pelo Tesouro na época da capitalização da Petrobrás, há oito anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: ANÁLISE: Roberto Godoy

Título: Meta do programa brasileiro é expandir conhecimento

O programa nuclear da Marinha do Brasil é mais antigo que os 30 anos comemorados a partir da inauguração oficial do Centro Aramar, em Iperó, interior de São Paulo. O projeto começa bem antes, nos anos 70, ainda na sombra dos selos de “paralelo” e “secreto”, sob os quais se abrigava a pesquisa, ainda de viés estritamente militar.

Alternativa ao caro e ineficiente acordo bilateral firmado em 1975 com o governo da Alemanha pelo então presidente Ernesto Geisel, o empreendimento, feito oficial e público pelo ex-presidente José Sarney, tem sido bem-sucedido. A rigor, acumula conhecimento sensível suficiente para dar ao País a capacidade de produzir armas nucleares – das quais o Estado brasileiro abdicou na Constituição de 1988 por meio de uma cláusula pétrea (artigo 21, inciso XXIII) – em tempo relativamente curto, coisa de um ou dois anos a contar de um eventual sinal verde.

As tecnologias que o Brasil adota permitiram o controle de todo o complexo ciclo do enriquecimento de urânio, uma forma de separar partículas atômicas usando máquinas de ultracentrifugação avançadas, criadas por especialistas da Marinha.

A meta do programa, além de suprir a demanda dos futuros submarinos de propulsão nuclear da frota naval, é expandir a investigação científica independente nesse campo, facilitando o fornecimento de isótopos para uso em medicina e a construção das ultracentrífugas empregadas na produção de combustível para os reatores das usinas geradoras de energia.

O projeto, talvez, seja a única iniciativa do gênero no mundo operada por uma organização militar que é submetida às inspeções da Agência Internacional de energia Atômica (Aiea), de Viena, e da Comissão Nacional de energia Atômica (CNEN), ambas entidades civis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: José Maria Tomazela

Título: Submarino nuclear ficará pronto em 3 anos, diz Marinha

Protótipo em terra de equipamento está sendo montado no interior paulista; projeto consumiu cerca de R\$ 10 bilhões em 4 décadas

O protótipo em terra do submarino nuclear brasileiro projetado pela Marinha ficará pronto em pouco mais de três anos. As obras do prédio onde o modelo em tamanho natural está sendo montado foram apresentadas ontem a

jornalistas pelo almirante André Luis Ferreira Marques, diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha, em Iperó, no interior de São Paulo.

O projeto consumiu US\$ 2,5 bilhões (cerca de R\$ 10 bilhões) nos últimos 40 anos. Outros R\$ 2,2 bilhões serão investidos até dezembro de 2021, quando o submarino “terrestre”, equipado com o reator nuclear, entra em funcionamento a 200 quilômetros do mar. A versão definitiva, que vai para o oceano, no Rio de Janeiro, só ficará pronta entre 2028 e 2030.

Na avaliação do almirante, as crises econômicas vividas pelo País afetaram mais o projeto do que a Operação Lava Jato, que levou à prisão um dos idealizadores do programa, o ex-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, por denúncia de corrupção na Eletronuclear, que ele dirigiu após passar para a reserva na Marinha, em 2005.

Othon, que sempre negou as acusações, foi libertado em 2017, graças a um habeas corpus. “O TCU (Tribunal de Contas da União) acompanha o projeto desde o início e nunca tivemos problema desse tipo aqui. Quando vimos algo errado, abrimos sindicância e até inquérito militar, mas não deixamos avançar”, afirmou Marques.

As obras do estaleiro da Marinha em Itaguaí (RJ) também têm participação da Odebrecht, uma das empresas que foram alvo da Lava Jato. A empreiteira, no entanto, não realizou obras em Iperó. De acordo com Marques, o programa sofreu grande contingenciamento financeiro entre 1997 e 2007, mas nunca parou. Na época, houve redução de 50% no número de funcionários.

No ano passado, o projeto foi afetado indiretamente pela crise, que levou à insolvência muitas empresas fornecedoras de equipamentos e insumos. Avanço. A conclusão do modelo em terra do submarino equipado com reator nuclear construído no Brasil será o segundo grande avanço do programa nuclear da Marinha.

O primeiro ocorreu na década de 1980, com o domínio do enriquecimento de urânio – o combustível do submarino. O marco foi a inauguração, em abril de 1988, da Usina Almirante Álvaro Alberto, pelo então presidente José Sarney, na presença do presidente da Argentina na época, Raúl Alfonsín. Os 30 anos da inauguração da usina de enriquecimento de urânio serão lembrados no dia 8 de junho, com uma visita dos presidentes atuais dos dois países, Michel Temer e Mauricio Macri, ao Centro Tecnológico da Marinha, em Iperó.

Os chefes de governo irão conhecer as obras do Laboratório de Geração de energia Núcleo Elétrica (Labgene), onde o modelo padrão do submarino está sendo montado em ritmo acelerado. “Estamos tocando ao mesmo tempo as

obras civis e a montagem do protótipo com o reator. O Labgene tem de ficar pronto primeiro, para que possamos qualificar o projeto do submarino que será construído no complexo naval de Itaguaí”, disse o almirante.

O prédio tem paredes com 33 metros de altura e já abriga parte do casco do submarino – um cilindro de aço com 10 metros de diâmetro que terá cerca de 70 metros de comprimento. A escala do protótipo é de um metro por um, ou seja, o modelo em terra será similar ao que vai navegar.

O compartimento que abrigará o reator é considerado instalação nuclear e segue normas para licenciamento pela Comissão Nacional de energia Nuclear (CNEN). O conjunto de turbinas e o freio dinamométrico já estão instalados. A base para o motor elétrico de propulsão, de 7,4 megawatts, também está pronta.

O próprio equipamento está em testes em laboratório vizinho. Conforme o almirante, todos os componentes do reator nuclear já foram testados individualmente. O início da montagem está previsto para este ano. “É similar ao que vai equipar o submarino e será testado aqui antes.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Cai lucro da Eletrobrás

A Eletrobrás teve lucro líquido de R\$ 56 milhões no primeiro trimestre de 2018, uma retração de 96% sobre o resultado de R\$ 1,38 bilhão em igual período do ano passado. Na lista do governo como prioridade para ser privatizada, a estatal teve aumento de despesas operacionais, o que preocupou o mercado. Nos três primeiros meses do ano, os gastos somaram R\$ 4,32 bilhões, montante 22% maior do que os R\$ 3,54 bilhões do primeiro trimestre de 2017.

Conforme a companhia, a elevação está relacionada a provisões e a despesas com pessoal, materiais, serviços e outros. Somente com pessoal, houve aumento de 9,8%, para R\$ 1,76 bilhão. A Eletrobrás justificou a expansão pelos gastos com o Plano de Demissão Consensual (PDC), que somou R\$ 272 milhões. O presidente da empresa, Wilson Ferreira Jr., admitiu, porém, que a adesão ao programa ficou abaixo do esperado — apenas 735 empregados aderiram —, o que fará a estatal abrir um segundo PDC até julho deste ano.

Os custos operacionais cresceram 9,7%, para R\$ 3,75 bilhões. Houve forte aumento nos gastos com combustível para produção de energia elétrica, que passaram de R\$ 8 milhões para R\$ 477 milhões, explicados pela menor

recuperação da Amazonas Energia, que teve prejuízo de R\$ 1,34 bilhão do total de perdas de R\$ 1,91 bilhão com o segmento de distribuição de energia.

Ontem, o presidente Michel Temer editou novo decreto sobre a privatização da Eletrobrás. Ele ajusta a redação sobre os estudos técnicos para a venda da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Câmara planeja encurtar votação de PL da Eletrobrás

Com dificuldade de votar projetos no plenário e um calendário apertadíssimo para aprovar a privatização da Eletrobrás no Congresso Nacional, os articuladores da proposta de capitalização da estatal decidiram utilizar uma regra regimental para acelerar a votação do texto na Câmara dos Deputados e dispensar a aprovação pelo plenário.

O governo trabalhava com a ideia de aprovar requerimento de urgência ao projeto para vota-lo diretamente no plenário da Câmara, já que a oposição atrapalhava a discussão da proposta na comissão especial com requerimentos de obstrução. A estratégia agora, diante das dificuldades de quórum por causa do período pré-eleitoral, é encerrar o assunto na própria comissão.

Por decisão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o projeto tramita de forma conclusiva na comissão. Um grupo de 52 deputados pode apresentar, em até cinco sessões após a aprovação, recurso para que o projeto tenha que ser analisado pelo plenário da Câmara, mas a votação, neste caso, seria apenas uma, do recurso. Se rejeitado, o que depende apenas da maioria simples (metade mais um dos votantes, com pelo menos 257 deputados presentes), o texto seguiria direto para o Senado.

Com essa regra, o governo evitaria um debate mais longo, com a discussão e depois votação de dezenas emendas. Além disso, se o projeto tiver que passar pelo plenário, terá um caminho muito mais demorado. A pauta está trancada por nove medidas provisórias (MPs) e o projeto da privatização só pode ser analisado depois que todas sejam votadas - só uma delas, para mudar as regras para uma estatal de petróleo, levou dois dias de debate esta semana. Na avaliação do líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a discussão do PL da Eletrobrás no plenário consumiria toda uma semana.

O governo tem pressa para tentar viabilizar a operação de capitalização e diluição de sua fatia no controle da Eletrobrás ainda este ano, mas depende do

aval da Câmara e do Senado para concretizar a operação. O calendário inicial, já bastante atrasado, era votar o projeto ainda em abril.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que articula a utilização do regimento para a votação encurtada, diz que já informou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia. "É o regimento, não tem mistério", defendeu. Dentro do governo, segundo o **Valor** apurou, a "manobra" é vista como positiva, por acelerar a discussão, mas pode pegar mal politicamente, soando como uma tentativa de fugir do debate no plenário em um assunto tão polêmico.

A tramitação encurtada também não é garantia de que o projeto será aprovado a tempo para viabilizar a privatização. Aleluia protocolou o parecer ao projeto no dia 10. O prazo de emendas, de cinco sessões de plenário, ainda está no começo e só deve se encerrar na próxima semana. "O problema é que o governo está desmobilizado", reclama.

O relator terá que ler o parecer, com a análise das novas emendas, na comissão. Será aberto o prazo de vistas de duas sessões e então ocorrerá a discussão e votação do PL, com toda a obstrução regimental que a oposição tem direito. A intenção é terminar a votação até o fim de maio e do recurso em junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner | De Brasília

Título: Três linhas que aumentam a chance de privatização em 2018

A publicação de um novo decreto presidencial corrige erro que praticamente enterrava a possibilidade de transferir o controle da Eletrobrás para a iniciativa privada ainda neste ano. Agora, o governo reacende a esperança de uma operação de aumento do capital da companhia energética no último trimestre de 2018.

Para isso bastaram três linhas no "Diário Oficial da União", o DOU, no jargão da máquina burocrática de Brasília. O primeiro decreto, de número 9.351 e datado de 19 de abril, dizia que "o início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes" dependia de o Congresso aprovar projeto de lei com a modelagem básica da privatização.

Da forma como foi publicado, o texto original se transformava em uma amarra para o BNDES e para a Eletrobrás, que ficavam impedidos até mesmo de lançar os editais para a contratação dos bancos, consultorias e escritórios de advocacia responsáveis pelo detalhamento da modelagem.

O decreto foi elaborado sem a participação de técnicos dos ministérios da Fazenda e de **Minas e Energia**, por um círculo restrito de pessoas no Palácio do Planalto, em resposta à pressão feita por parlamentares da base aliada, que criticavam a inclusão da Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O erro foi percebido em pouco tempo. Dois dias depois, em reunião com o **ministro Moreira Franco**, Dyogo Oliveira (presidente do BNDES) e Wilson Ferreira (presidente da Eletrobrás) foram claros: do jeito que estava, a privatização ficaria para 2019 - isso se o novo governo estivesse de acordo. No máximo, haveria toda a preparação do terreno.

Dyogo e Ferreira sugeriram outra solução: ir preparando a contratação dos estudos, com a publicação dos editais, seleção das empresas, abertura de prazo para contestações, deixando só a assinatura dos contratos para quando o Congresso tiver aprovado em caráter final o projeto de lei sobre a privatização.

Nisso, seria possível economizar entre um e dois meses no processo. Dependendo do "timing" da Câmara dos Deputados e do Senado, se o PL for votado antes do recesso parlamentar, ainda daria para concretizar a operação entre novembro e dezembro.

Na terça-feira à noite, sem alarde, surgiram as informações sobre um segundo decreto com a correção do problema: condiciona "a assinatura de contrato que tenha por finalidade a realização dos estudos necessários" à aprovação do projeto pelo Congresso.

Em outras palavras: pode-se seguir em frente no processo de seleção dos bancos, consultorias e escritórios de advocacia. Eles vão trabalhar na segregação da Eletronuclear e de Itaipu Binacional, no desenho do futuro acordo de acionistas, nas especificações da "golden share", entre outras coisas. A expectativa é de que esses trabalhos durem em torno de quatro meses.

No dia seguinte à aprovação do PL, começam os estudos. Tudo somado, a privatização da Eletrobrás ainda em 2018 saiu do "extremamente improvável" para o campo do "incerto". Aparentemente, no entanto, não há mais aceleração do calendário que garanta, além do aumento de capital, a assinatura ainda neste ano dos novos contratos de concessão para usinas hidrelétricas a serem "descotizadas". Ficaria para 2019 a entrada de pelo menos R\$ 12,2 bilhões nos cofres públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Por Daniela Chiaretti | De São Paulo****Título: Crescimento da energia renovável deve alterar o cenário geopolítico**

A participação crescente das renováveis na matriz energética mundial pode alterar o cenário geopolítico. Esse efeito indireto da transição das economias para o baixo carbono é uma das vertentes do debate global que relaciona a mudança do clima às questões de segurança dos países.

Que impacto pode ter no Oriente Médio a decisão da Arábia Saudita, maior exportador de petróleo do mundo, de investir US\$ 7 bilhões neste ano e remodelar sua matriz energética com sete grandes projetos de energia solar e um de eólica? "Sua influência na região, baseada no petróleo, continuará com as renováveis?", questiona o cientista político Alexander Carius, fundador do Adelphi, o mais importante centro de estudos alemão de segurança e clima.

"O que acontecerá se a Alemanha cumprir a meta de ser neutra em carbono em 2050 e reduzir sua dependência do petróleo e do gás da Rússia?", segue. Especialistas do Adelphi, think tank de 200 funcionários sediado em Berlim, estão preparando um relatório específico sobre a nova fase da geopolítica energética.

Carius vem ao Brasil participar do encontro internacional sobre clima e segurança" que acontece amanhã, no Rio. Promovido pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) e pela Embaixada da Alemanha, o evento reunirá 200 pessoas de dois grupos distintos - especialistas em clima e militares da Defesa.

"A mudança climática é um multiplicador de riscos com grande potencial de conflito. Basta pensarmos na escassez de água, segurança alimentar, desestabilização através de eventos climáticos extremos, migração ou perda territorial com a subida do nível das águas", diz o embaixador alemão Georg Witschel. "O objetivo do governo alemão é compreender esses riscos e impedir conflitos onde for possível. E onde não for possível, limitá-los ou lidar com eles."

A mudança do clima é considerada "a maior multiplicadora de ameaças: agrava situações frágeis e pode contribuir com violentas revoltas sociais e conflitos", diz um relatório feito a pedido dos países mais ricos do mundo, o G-7, por institutos como o Adelphi e o Wilson Center. O estudo procura avaliar os riscos globais climáticos e sugerir como construir resiliência.

Carius cita a crise na região do Lago Chade, na África, centro da atuação do grupo terrorista Boko Haram, e que desalojou 2,5 milhões de pessoas.

"Mudança do clima é parte dessa equação. É preciso incluir esta vertente para entender a crise e suas fragilidades."

Ele diz que o Conselho de Segurança da ONU começa a considerar essa abordagem. "É analisar as condições ambientais dentro das regiões em crise. Ver se há comida, se há condições de produção agrícola, examinar o acesso à água".

Heiko Maas, ministro das Relações Exteriores alemão, enfatizou em março na ONU, em Nova York, o papel que a proteção climática exerce sobre questões de segurança. A Alemanha, que se candidatou a uma das cadeiras rotativas do Conselho de Segurança da ONU para os próximos dois anos, tem este assunto como prioritário na agenda do Ministério das Relações Exteriores. Suécia e Holanda também estimulam essa pauta.

Carius lembra a dificuldade alemã, país rico com mais de 80 bilhões de habitantes, de absorver os cerca de um milhão de refugiados que chegaram ao país há três anos. Em 2050, diz Carius, serão milhões de pessoas mudando-se do campo para as cidades por questões climáticas, de conflitos ou migrando para melhorar de vida. "As cidades não têm infraestrutura para absorver esse movimento. A mobilidade criará instabilidades. Temos que nos preparar para isso."

Carius lembra problemas climáticos que afetam a soberania. "Se o nível do mar subir e submergir um país-ilha, ele ainda será um país ou sumirá do mapa internacional?".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Saídas para vender Light

A Cemig, estatal mineira de energia, estuda a possibilidade de realizar uma oferta pública para vender ações da Light. Pessoa ligada diretamente às discussões disse ao **Valor** que essa poderia ser uma opção mais eficiente para atrair grandes grupos interessados. A empresa quer vender sua fatia de 51%, mas não tem conseguido concluir negociações com nenhum dos players com quem tem conversado, adotando o caminho tradicional de negociações - conversas individuais. O interesse manifestado por grandes investidores na Eletropaulo animou os executivos da empresa. A Eletropaulo é alvo de duas ofertas que visam a aquisição do controle do negócio.

CSN aumenta preços do aço

A Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou a clientes da distribuição e industriais que vai elevar seus preços a partir de 1º de junho em 11,75% para os laminados a quente e a frio e 8,25% para os revestidos (zincados e folhas metálicas). Segundo o diretor-executivo, Luis Martinez, os preços estão 5% a 8% inferiores aos dos importados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM tira dúvidas sobre OPA da Eletropaulo

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entendeu que é incabível que interessados em participar de oferta pública de ações (OPA) para aquisição de uma companhia desistam da operação após o lançamento do edital. As orientações do regulador foram decididas em reunião realizada ontem, depois que Enel e Neoenergia, interessados na aquisição da Eletropaulo, solicitaram esclarecimentos adicionais sobre a transação.

A questão específica sobre a chamada "renúncia" partiu especificamente da Neoenergia. " Por se tratar de requisito legal previsto no § 2º do art. 257 da LSA para tal modalidade de OPA e pelo fato de a oferta, uma vez lançada, ser irrevogável", diz ata da reunião.

O regulador também orientou o mercado que os participantes das operações devem comprar o lote total de ações da companhia - papéis já lançados que forem objeto de ordens de venda -, ainda que não visem a compra do controle. Nestes dois pontos, o colegiado acompanhou o entendimento da área técnica por unanimidade.

Em casos de OPAs concorrentes para aquisição de controle, ainda que unificadas com OPA de modalidade diversa, a elevação de preço no leilão só seria permitida nos casos em que ocorra a efetiva participação de interferente no leilão, decidiu o colegiado por maioria, acompanhando a área técnica.

No caso da Eletropaulo, o prazo para apresentação de nova OPA se encerrou em 14 de maio. Assim, na visão do colegiado, a possibilidade de unificação de uma OPA voluntária para aquisição de ações com as OPAs para aquisição de controle até o momento lançadas restou prejudicada. O diretor Gustavo Gonzalez foi o único a divergir deste ponto.

O colegiado não viu problemas de que a comprovação do recebimento de propostas de aumento de preço seja feita pela B3. Entretanto, lembrou que cabe à CVM a análise final sobre a adequação do procedimento escolhido, inclusive no caso específico da Eletropaulo.

Por maioria, o colegiado também concordou com a posição dos técnicos da CVM no sentido de que qualquer OPA concorrente similar a operação já lançadas - ainda que não sejam para aquisição de controle -, serão afastadas apenas na hipótese em que efetivamente houver interferência compradora no leilão.

Gonzalez reiterou seu entendimento de que o procedimento estruturado para a disputa pelo controle da Eletropaulo não confere tratamento igualitário aos interessados em adquirir as ações da companhia. Para ele, embora o prazo para que os atuais concorrentes apresentem suas novas ofertas termine depois do prazo conferido para que eventuais novos concorrentes manifestem o interesse de interferir no leilão, os eventuais interferentes continuam em uma situação melhor do que a dos atuais concorrentes.

Enel e Neoenergia precisarão apresentar preços revistos ou confirmar os últimos preços ofertados no dia 24 de maio. "Ao se manifestarem, esses concorrentes não terão certeza quanto à efetiva interferência no dia do leilão e, consequentemente, quanto ao procedimento que, ao final, será utilizado para determinar o vencedor. Já o terceiro interferente precisará, em 24 de maio, apenas resguardar o direito de intervir no leilão, ganhando assim uma opção para apresentar uma oferta no dia 4 de junho. Para tomar sua decisão, o interferente não só terá um prazo mais dilatado, como também uma informação atualizada sobre as ofertas dos atuais concorrentes", na visão do diretor.

Gonzalez votou pelo provimento do pedido da Enel, de modo que a eventual habilitação de um terceiro interferente resulte automaticamente na possibilidade de que todos os ofertantes possam apresentar novas ofertas no leilão do dia 4 de junho independentemente de o terceiro interferente apresentar ou não ordem de compra durante o leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Stella Fontes | De São Paulo

Título: Edital de venda da Cesp está praticamente pronto

O novo presidente da Cesp, Laurence Casagrande Lourenço, disse ontem que o edital de privatização da elétrica paulista está "praticamente pronto", mas não

forneceu detalhes sobre os termos que serão propostos pelo governo do Estado de São Paulo. Na tentativa de venda do ano passado, que não atraiu interessados, o preço por ação da elétrica paulista era de R\$ 16,80.

Já a publicação do edital vai ocorrer na sequência da decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a prorrogação do contrato de concessão da hidrelétrica Porto Primavera, que está pendente por causa de uma liminar. "Saindo a aprovação da Aneel, a etapa posterior é aprovar no comitê do Programa Estadual de Desestatização (PED), o que não tomaria mais de uma semana, no máximo duas, porque o edital está praticamente pronto", afirmou.

Diante disso, a expectativa é que, após o posicionamento da Aneel, o edital de privatização seja publicado em duas semanas. A partir desse momento até a data efetiva do leilão, haverá um prazo que está sendo estudado pela Secretaria da Fazenda. "Acredito que seja um prazo necessário para fazer uma boa análise de todos os documentos inseridos no 'data room', de negociações com eventuais agentes financeiros que venham a participar e devidas as aprovações em conselhos de potenciais investidores", comentou Lourenço.

Segundo o executivo, no cargo desde o dia 2, o novo governador paulista, Márcio França (PSB), disse que a venda do controle da companhia é "prioridade". Uma decisão liminar, que suspendeu o processo de renovação do contrato de concessão de Porto Primavera, porém, está travando esse processo. O Estado já recorreu da decisão.

A liminar foi concedida pela Justiça Federal em Presidente Prudente (SP) e suspende a renovação do contrato até a realização de audiência pública em Rosana, sede da hidrelétrica. O recurso da Cesp foi apresentado em 3 de maio e a expectativa é a de que o desembargador relator no Tribunal Regional Federal da 3ª Região analise o recurso nos próximos dias. "Caso a decisão não seja favorável, o Estado continuará recorrendo ou, no limite, fará a audiência pública".

Enquanto esse imbróglio não for resolvido, a agência reguladora não pode pautar e votar o contrato de renovação. A Cesp não acredita que a Aneel vá deliberar sobre o assunto na próxima reunião de diretoria, na terça-feira, uma vez que a pauta dessas reuniões costuma ser definida na quinta-feira da semana anterior, portanto hoje. "Mas poderia ser apreciado na semana seguinte", acrescentou Lourenço.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Produção da Petrobras

A produção de petróleo da Petrobras, no Brasil, cresceu 1% em abril, na comparação com março, para uma média de 2,09 milhões de barris por dia. No quadrimestre, a produção média foi de cerca de 2,086 milhões de barris diários, pouco abaixo da meta para o ano, de 2,1 milhões de barris/dia e 3,5% inferior ao volume produzido no mesmo período de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Por Anjli Raval | Financial Times**Título:** Alta do petróleo vai frear demanda, diz AIE

A alta nos preços do petróleo vai conter o crescimento da demanda pelo produto, segundo avaliação da Agência Internacional de Energia (AIE). A entidade alertou para o risco de novas valorizações em razão de uma possível "dupla escassez de oferta", no Irã e na Venezuela.

A agência com sede em Paris revisou para baixo sua previsão de crescimento do consumo de petróleo em 2018. De uma previsão inicial de 1,5 milhão para 1,4 milhão de barris por dia, e agora projeta demanda total de 99,2 milhões de barris diários.

"Prevemos uma desaceleração [no crescimento da demanda na segunda metade do ano], em grande parte atribuível ao aumento dos preços do petróleo", destacou a AIE em seu relatório mensal sobre o mercado de petróleo.

"Os preços do petróleo subiram quase 75% desde junho de 2017. Seria extraordinário se esse grande salto não afetasse o crescimento da demanda", informou a agência em seu relatório.

A forte demanda mundial por petróleo e as restrições na oferta promovidas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pela Rússia coincidiram com uma série de crises geopolíticas nos últimos 12 meses, que elevou as cotações rumo à marca de US\$ 80 por barril nesta semana.

O fim de subsídios à energia em economias que são grandes consumidores de petróleo, como o caso da Índia, poderia fazer com que a alta nos preços tenha um impacto ainda maior na demanda, segundo a AIE.

Agência diz estar "pronta para agir e assegurar que mercados estejam abastecidos, se necessário"

Preços ainda maiores podem estar no horizonte, de acordo com a agência internacional de energia, em consequência das sanções contra o petróleo iraniano anunciadas pelos EUA, que abandonaram o acordo nuclear que tinham com o país.

Além disso, a aceleração no declínio da produção e das exportações da Venezuela vem dominando as atenções, já que os problemas econômicos e políticos vividos pelo país abalaram sua indústria petrolífera.

"A potencial dupla escassez de oferta representada por Irã e Venezuela poderia apresentar um grande obstáculo para que os produtores impeçam fortes altas nos preços ao ocupar essa lacuna, não apenas em termos de número de barris, mas também em termos de qualidade do petróleo", ressaltou a AIE.

Na semana passada, a agência elogiou as declarações vindas do governo da Arábia Saudita, líder informal da Opep, de que se empenharia ao lado dos outros produtores para limitar o impacto do déficit na oferta. Com a alta dos preços e a continuidade das crises geopolíticas, operadores e analistas do setor petrolífero se perguntam quando os produtores vão abandonar seu acordo para restringir a oferta, em vigor desde 2017.

A produção de petróleo da Opep em abril caiu para cerca de 31,7 milhões de barris por dia, apesar de as projeções sobre a demanda por petróleo do cartel para este ano apontarem para 32,2 milhões de barris por dia.

A AIE, que representa alguns dos maiores países consumidores de petróleo do mundo, informou que vai estar "pronta para agir e assegurar que os mercados estejam bem abastecidos, se necessário". Uma das funções importantes do órgão, criado nos anos 70, é coordenar a liberação dos estoques emergenciais de petróleo de seus membros caso ocorram grandes interrupções no fornecimento.

A AIE avaliou que a produção nos EUA precisaria aumentar para compensar os volumes mais baixos produzidos por outros países. Embora projete uma grande produção nos EUA em 2018, a AIE acredita que esse impacto vai ser limitado porque o mercado enfrenta "limitações logísticas".

A produção de fora da Opep vai aumentar em quase 1,9 milhão de barris por dia em 2018, puxada pelos EUA, uma previsão um pouco maior do que a feita no relatório de abril. A produção total nesses países agora é estimada em 60 milhões de barris diários.

Os estoques comerciais nos países industrializados caíram em março para pouco acima de 2,8 bilhões de barris - menor patamar desde março de 2015. A AIE admitiu que a atenção dos participantes do mercado desviou-se dos estoques para a volatilidade dos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Renato Rostás | De São Paulo

Título: Extração a partir do xisto não deve acelerar nos EUA

Difícilmente as produtoras americanas de petróleo que extraem de reservas de xisto vão acelerar significativamente a produção, mesmo com a disparada dos preços vista nas últimas semanas. A opinião é da BMI Research, consultoria ligada à agência de classificação de risco Fitch, que cita a falta de infraestrutura e a pressão de acionistas para equilíbrio financeiro como os principais motivos.

Em relatório publicado hoje, a instituição disse que aumentos relevantes de investimentos e, conseqüentemente, de perspectivas produtivas só devem vir a partir do ano que vem. Além disso, na opinião da BMI, qualquer sinal que as petrolíferas dos Estados Unidos deem de que chegaram perto de seu limite de produção será positivo para a cotação do barril.

Ontem, o segundo contrato do Brent, com vencimento em agosto, registrou alta de 1,1% na ICE Futures de Londres, alcançando US\$ 79,27 o barril, enquanto o WTI de julho avançou 0,3%, para US\$ 71,56, na Nymex, de Nova York. Apenas neste mês, a cotação da commodity acumula ganhos de 7% e 5%, respectivamente, e nos últimos 30 dias, de 12% e 8%, nesta ordem.

De acordo com a consultoria, a capacidade de transporte do petróleo extraído já parece estar no limite. Novos dutos encontram-se em construção, mas colocá-los para funcionar não será tão rápido. Enquanto isso, parte da produção está sendo deslocada via rodovias, o que eleva os custos para as empresas e torna menos interessante acelerar a atividade.

Confirma esse argumento o fato de as petrolíferas estarem indo menos ao mercado financeiro para proteger sua produção futura. Nos dois últimos anos, o "hedge" sobre o preço da commodity disparou nos EUA, mas esse volume está estável e, em alguns casos, até em queda durante 2018. A situação financeira

geral do setor melhorou muito, acrescenta o relatório, mas agora há a pressão para retorno aos acionistas.

"As companhias estão pressionadas pelos investidores para serem disciplinadas na alocação de capital e protegerem suas margens", diz o texto do relatório.

"Acelerar a produção exige demais de equipamentos, materiais e serviços já sobreutilizados e elevaria a inflação de custos. Por isso, acreditamos que uma parcela significativa dos ganhos irá para diminuir a dívida e retornar valor aos acionistas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por David Keohane | Financial Times, de Paris

Título: Sanções de Trump contra Irã afetam projeto da Total

A Total, a maior petrolífera francesa, disse que não conseguirá dar prosseguimento ao seu projeto no Irã sem uma isenção formal que a proteja das sanções dos Estados Unidos, após o governo de Donald Trump ter abandonado o acordo nuclear.

A Total assinou um acordo de vários bilhões de dólares em julho passado para desenvolver a gigantesca reserva de gás de South Pars. Embora a Total afirme ter investido menos de € 40 milhões em South Pars até agora, o acordo representa um compromisso no Irã maior que o de qualquer outro grupo petrolífero ocidental, e foi o primeiro grande contrato energético da república islâmica com uma petroleira europeia em mais de dez anos.

Em comunicado emitido ontem, a Total disse "que não estará em condições de continuar o projeto SP11 [de South Pars] e terá de desfazer todas as operações referentes a ele antes de 4 de novembro de 2018, a não ser que lhe seja concedida uma isenção formal específica para o projeto pelas autoridades americanas com o apoio das autoridades francesas e europeias. Essa isenção formal para o projeto deverá incluir a proteção da empresa de qualquer sanção secundária de acordo com a legislação dos EUA".

A Total disse que "sempre deixou claro que não tem condições de se expor a qualquer sanção secundária" devido ao risco de perda de financiamento, perda de seus acionistas americanos ou à incapacidade de continuar suas operações americanas - os bancos americanos estão envolvidos em mais de 90% das operações de financiamento da Total, de acordo com a empresa.

"Nessas circunstâncias, a Total não assumirá qualquer novo compromisso referente ao projeto SP11 e, em consonância com seus compromissos

contratuais frente às autoridades iranianas, recorre às autoridades francesas e americanas no sentido de examinarem a possibilidade de concederem uma isenção formal para o projeto", acrescentou a Total.

A Total detém pouco mais de metade do projeto de South Pars, enquanto a estatal chinesa CNPC controla mais 30%. De acordo com pessoas familiarizadas com a situação, caso a petrolífera francesa não consiga obter uma isenção que lhe permita permanecer no país e for obrigada a se retirar, a CNPC poderá assumir a participação da Total no projeto, desde que a empresa chinesa consiga evitar sanções por conta própria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Avanço de commodities ajuda Ibovespa a fechar com ganhos de 1,65%

O investidor voltou com tudo para as ações do setor de commodities. Com a alta dos preços das commodities e do dólar, que representa ganho para empresas com receitas na moeda, gigantes como a Vale e a Petrobras sustentaram novos ganhos ontem - e levaram o Ibovespa mais uma vez ao nível dos 86 mil pontos.

Juntas, Petrobras e Vale responderam por 35% do giro do índice no dia, de R\$ 9,75 bilhões. A ação ordinária da estatal encerrou em alta de 2,33%, enquanto a preferencial avançou 2,24%; a Vale subiu 2,29%. O movimento impulsionou o Ibovespa, que avançou 1,65%, aos 86.537 pontos. A oscilação foi destaque inclusive ante o exterior, onde as bolsas americanas em alta forneceram alívio aos negócios, mas com variações bem mais modestas do que o mercado local.

Apesar da trégua, a pressão cambial não acabou e, num momento em que o dólar já se aproxima dos R\$ 3,70, os riscos persistem, em uma análise mais ampla. Isso porque, embora a bolsa fique mais barata para o estrangeiro, há limites para esse bom humor: a alta do dólar representa riscos para a inflação e para a retomada da atividade brasileira. "Aparentemente, por ora, é um patamar de câmbio que dá para suportar, mas há limites para a leitura de que o BC [Banco Central] não terá que atuar no mercado", afirma Vladimir Caramaschi, estrategista-chefe da Indosuez Wealth Management.

Entretanto, se de um lado os riscos cambiais inspiram cautela, de outro os investidores se veem mais estimulados a negociar commodities e empresas exportadoras do que companhias expostas ao ambiente doméstico - e isso concentra o interesse justamente nas gigantes da bolsa. Internamente, a falta de catalisadores e notícias desfavorece o aumento da exposição em ações

voltadas para a economia brasileira, que vem se recuperando a passos lentos. Ontem, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) confirmou o cenário incerto: fechou o primeiro trimestre em queda de 0,13%; em março, a retração foi de 0,74%, acima da expectativa média do mercado, de recuo de 0,2%.

No caso de Petrobras, além das commodities e do dólar, o investidor continua altamente pautado pela perspectiva de revisão do contrato de cessão onerosa junto à União, que pode destravar valor à estatal. Ao **Valor**, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que as discussões sobre o tema avançaram e já há um grau de maturidade suficiente para discutir um acordo.

O setor de commodities já tem valorização bastante superior à do próprio índice no ano, nota o Credit Suisse. Em 2018, o segmento de mineração acumula ganho de 21,9% e o de siderurgia avança 34,9%; já companhias de óleo e gás têm valorização de 66,5%, enquanto papel e celulose, na liderança, sobe 68,7% no ano. Até ontem, o Ibovespa acumulava alta de 13,27%. Do outro lado, construtoras estão entre os piores desempenhos do ano, com baixa de 12,8% em 2018, além do setor de consumo, com recuo de 7,1%.

Gestores e operadores reafirmam que isso não significa que o investidor está saindo de ações ligadas aos cíclicos domésticos, mas buscando as opções mais rentáveis e, ao mesmo tempo, com certo grau de proteção. O tombo recente de setores ligados à economia doméstica, caso de varejistas e companhias do setor de educação, permitiu até uma recuperação forte ontem de Estácio (10%), Via Varejo (7,07%) e Magazine Luiza (5,39%).

"Até agora, a preocupação com o efeito sobre a inflação é menor porque os preços estão comportados, ao menos no curto prazo", diz Caramaschi. "Mas a alta mais forte do dólar representa um quadro hostil aos emergentes, especialmente latino-americanos, porque aumenta o risco para quem quer entrar nesses mercados e não tem clareza até onde a cotação vai."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Por Beatriz Olivon | De Brasília

Título: CSN confirma uso de prejuízo fiscal em parcelamento

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) confirmou ontem no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) a possibilidade de utilizar prejuízo fiscal para fazer compensação e quitar um parcelamento ao qual aderiu. A decisão da 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção foi dada em embargos apresentados a uma decisão de 2016.

Esse foi o terceiro recurso apresentado contra o resultado do julgamento, que ainda pode chegar à Câmara Superior do órgão administrativo. A discussão (processo 10768.008689/ 2009-49) trata de um parcelamento de cerca de R\$ 695,2 milhões da companhia, conforme o Formulário de Referência de 2017 da CSN. A companhia chegou a correr o risco de ser excluída do programa porque o Fisco não aceitou a forma proposta para quitar as últimas parcelas.

O parcelamento está previsto na Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro 2009. A CSN aderiu, solicitando o pagamento em 12 vezes. Do total, oito foram quitadas em dinheiro. Para as últimas quatro foi solicitada a compensação com saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa.

O pedido de compensação dos prejuízos fiscais foi feito em julho de 2010. A última parcela venceria em três meses. A Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) considerou que o saldo de prejuízo fiscal e de base negativa seria insuficiente a partir de uma autuação recebida pela empresa em maio de 2011. Para a Delegacia, a empresa deveria pagar o parcelamento de outras formas.

No mérito, julgado em 2016, a turma considerou que eventual insuficiência de prejuízo fiscal para compensação no parcelamento não seria um ato imediatamente contrário às exigências da Portaria PGFN/RFB nº 09, de 2009 - que impõe a rescisão imediata do parcelamento. Para a turma, não seria razoável não dar à empresa a oportunidade de quitar o saldo devido no parcelamento.

Os conselheiros consideraram que a demora da administração pública para analisar o pedido de compensação do saldo do parcelamento com prejuízo fiscal não poderia prejudicar o contribuinte que, na época do pedido, possuía crédito suficiente para realizar a compensação.

Após essa decisão, porém, foram apresentados vários embargos para pedir esclarecimentos e apontar omissões. No primeiro manteve-se a decisão. No segundo a turma corrigiu o valor a ser pago. Ao invés de R\$ 102,5 milhões eram R\$ 41,7 milhões - tratava-se de erro de digitação.

No terceiro, julgado ontem, a turma negou a tentativa da Delegacia Regional de Julgamento de condicionar a adesão ao parcelamento a outros lançamentos fiscais - o que seria uma revisão de lançamento, segundo o relator do processo, conselheiro Marcos Paulo Leme Brisola Caseiro, representante dos contribuintes. No voto, o relator afirmou que o colegiado já havia se posicionado sobre a possibilidade de quitação do parcelamento e manteve a decisão.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou que analisará o acórdão quando for intimada. A CSN não se manifestou até o fechamento.

MME / ASCOM .